



AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM)

NOTA TÉCNICA SEI Nº 1210/2024-DINPLAC/CONLIC/SGA-ANM/DIRC

PROCESSO Nº 48051.000376/2024-21

INTERESSADO: COORDENAÇÃO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA

1. ASSUNTO

1.1. O objetivo desta Nota Técnica é destacar informações relevantes e pormenorizadas no ETP 08/2024, com fins a amplificar e facilitar o conhecimento dos critérios que serão adotados pela Agência Nacional de Mineração- ANM para seleção da nova sede da Gerência Regional de São Luís do Maranhão

2. INTRODUÇÃO

2.1. Toma-se por base as orientações contidas na Instrução Normativa SEGES/ME n.º 103 de 30/12/2022. Será dada ênfase no destaque dos requisitos contidos no artigo 12 da referida instrução.

3. REQUISITOS DE SELEÇÃO

3.1. MUNICÍPIO:

3.1.1. São Luís/MA.

3.2. CAPACIDADE MÍNIMA DE PESSOAS:

3.2.1. O imóvel deverá suportar 14 servidores da ANM.

3.3. ÁREA ESTIMADA:

3.3.1. Edificação Exclusiva ANM - Área (com garagem): de 264,20 m² (admitida pequena variação de até 15%);

3.3.2. Edificação Compartilhada ANM - Área (com garagem): de 209,20 m² (admitida pequena variação de até 15%).

3.3.2.1. Edificação Exclusiva ANM - Área (com garagem) compreende: imóvel a ser ocupado exclusivamente pela ANM, não havendo rateio de despesas comuns com outros locatários.

3.3.2.2. Edificação Compartilhada ANM - Área (com garagem) compreende: imóvel a ser ocupado pela ANM com rateio de despesas comuns em forma de condomínio ou assemelhado.

3.4. **VAGAS DE GARAGEM:**

3.4.1. 05 vagas cobertas.

3.5. **MODELO DE LOCAÇÃO DESEJÁVEL:**

3.5.1. Locação *Built to Suit*: contratos de locação nos quais o locador investe recursos monetários em um determinado imóvel com o fito de ajustá-lo às necessidades de um locatário específico. Isto é, o imóvel é customizado de acordo com as necessidades de um dado locatário;

3.5.2. Locação com *facilities*: Neste modelo, o locatário aluga não só o espaço físico, como serviços à sua operação, a exemplo de limpeza, administração predial, recepção, vigilância etc.

3.5.3. Também se aceita o modelo *facilities* agregado ao *Built to Suit*.

3.6. **DOCUMENTAÇÃO REQUERIDA DO IMÓVEL:**

3.6.1. Habite-se;

3.6.2. Alvará de Funcionamento;

3.6.3. Alvará do Corpo de Bombeiros Militar do Estado.

3.7. **INFRAESTRUTURA:**

3.7.1. Imóvel em boas condições de conservação;

3.7.2. Acessibilidade (ABNT NBR 9050/2015);

3.7.3. Rede elétrica e lógica devidamente instalada;

3.7.4. Rede de climatização, inclusive equipamentos de refrigeração devidamente instalados;

3.7.5. Sistema de monitoramento de segurança (cerca elétrica, alarme e concertina) devidamente instalados;

3.7.6. Dispor de equipamentos de combate a incêndio;

3.7.7. A infraestrutura citada deve ser integralmente custeada pelo proprietário do imóvel. Para maiores detalhes, consultar item 13 do ETP.

3.7.8. A proposta selecionada passará por um estudo de leiaute para verificação quanto à adequação do imóvel aos requisitos mínimos definidos no edital de chamamento público.

3.7.9. Para fins de levantamento das informações necessárias para realização do estudo de que trata caput, o órgão ou entidade realizará a visita técnica no imóvel a qual se refere a proposta.

3.7.10. Caso sejam selecionados dois ou mais proponentes, deverá ser realizado o estudo de leiaute para todas as propostas.

3.7.11. A adaptação do layout será custeada pelo proprietário do imóvel, mediante negociação da ANM e CONTRATADA, com custo de amortização efetuado em cinco anos de contrato, passível de sucessíveis prorrogações, desde que as condições permaneçam vantajosas para a ANM, de acordo com previsão em Art. 51º da Lei 8.245/91 aplicando-se subsidiariamente Art. 106 Lei 14.133/2021 e Art. 9 da IN 103/2022 SEGES/ME

3.7.12. A proposta selecionada passará por um estudo de leiaute para verificação quanto à adequação do imóvel aos requisitos mínimos definidos no edital de chamamento público.

3.7.13. Para fins de levantamento das informações necessárias para realização do estudo de que trata caput, o órgão ou entidade realizará a visita técnica no imóvel a qual se refere a proposta.

3.7.14. Caso sejam selecionados dois ou mais proponentes, deverá ser realizado o estudo de leiaute para todas as propostas.

3.7.15. A adaptação do layout será custeada pelo proprietário do imóvel, mediante negociação da ANM e CONTRATADA, com custo de amortização efetuado em cinco anos de contrato, passível de sucessivas prorrogações, desde que as condições permaneçam vantajosas para a ANM, de acordo com previsão em Art. 51º da Lei 8.245/91 aplicando-se subsidiariamente Art. 106 Lei 14.133/2021 e Art. 9 da IN 103/2022 SEGES/ME.

3.8. **LOCALIZAÇÃO:**

3.8.1. Fácil acesso aos usuários (próximos a terminais de ônibus, metrô, restaurantes etc.);

3.8.2. Localizado a menos de 400m do ponto de ônibus mais próximo;

3.8.3. O local deverá estar localizado em região atendida pela Embratel (atual prestadora de serviços de Internet para ANM, por fibra ótica).

4. **OPERACIONALIZAÇÃO**

4.1. Compete à ANM, por meio da Comissão Especial de Chamamento Público:

I - receber os documentos de inscrição, analisar sua compatibilidade com o estabelecido no edital de chamamento público e deferir ou não a inscrição; e

II - avaliar as propostas, de acordo com os critérios estabelecidos nesta Nota Técnica e no Estudo Técnico Preliminar, e selecionar as mais adequadas aos interesses da Administração.

5. **ESTUDO DE LEIAUTE**

5.1. A proposta selecionada passará por um estudo de leiaute para verificação quanto à adequação do imóvel aos requisitos mínimos definidos no edital de chamamento público, nesta Nota Técnica e no Estudo Técnico Preliminar.

§ 1º Para fins de levantamento das informações necessárias para realização do estudo de que trata o item 5.1., a ANM realizará a visita técnica no imóvel a qual se refere a proposta.

§ 2º O estudo de leiaute deverá fornecer elementos para avaliar se a distribuição do espaço físico do imóvel proporciona a melhor otimização, conforto e interatividade dos espaços, considerando-se, dentre outros:

I - as instalações existentes, em relação à sua capacidade de atendimento e suas especificidades;

II - a melhor logística entre os diferentes setores, bem como em relação à mobilidade urbana;

III - o acesso e a circulação das pessoas, especialmente se a missão institucional demandar atendimento de público presencialmente;

IV - a acessibilidade dos espaços de acordo com a legislação;

V - as rotas exigidas pelo corpo de bombeiros de acordo com a legislação; e

VI - se o imóvel possui Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB, ou Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros - CLCB.

§ 3º Será permitido que os proponentes apresentem área diferenciada daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que comprovem a exequibilidade da proposta, demonstrada por meio do estudo de leiaute.

5.2. Caso sejam selecionados dois ou mais proponentes, deverá ser realizado o estudo de leiaute para todas as propostas, observado o disposto no § 1º do item 5.1.

5.3. O estudo de leiaute, na forma definida no item 5.1., subsidiará a decisão de realizar o processo licitatório ou o processo de contratação direta, por inexigibilidade de licitação.

§ 1º Na hipótese de haver mais de uma proposta com equivalência de especificações que atendam ao edital de chamamento público, deverá ser realizado o procedimento licitatório pelo critério de julgamento menor preço ou maior retorno econômico, a depender do modelo escolhido, nos termos do Capítulo IV da [INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 103, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022](#).

§ 2º Caso haja somente uma proposta cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha, deverá ser realizado o procedimento de contratação direta, por inexigibilidade de licitação, desde que observada a instrução processual estabelecida no Capítulo V da [INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 103, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022](#).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1. Maiores detalhes sobre os itens acima apresentados, além da apresentação de outros elementos de especificação técnica, devem ser consultados no Estudo Técnico Preliminar 08/2024.

6.2. As propostas serão analisadas em conformidade com o disposto no Edital de Chamamento (e seus anexos) e nas disposições da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 103, de 30 de dezembro de 2022.

7. DOCUMENTOS RELACIONADOS

7.1. Estudo Técnico Preliminar 08/2024 (SEI nº 11329580)



Documento assinado eletronicamente por **José Iago Pereira dos Santos, Chefe da Divisão Nacional de Planejamento de Contratações**, em 15/02/2024, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **André Oliveira Soares Pessanha, Empregado Público (movimentação, Portaria MPOG nº 193/2018)**, em 15/02/2024, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site www.gov.br/anm/pt-br/autenticidade, informando o código verificador **11401600** e o código CRC **8DCA1BDA**.